

EDUCAÇÃO COM OS SUJEITOS DO CAMPO

Luis Carlos da Silva¹;
Diomar Augusto de Quadros².

RESUMO

Ao analisar a história e a atual realidade do município de Juranda, localizado no Noroeste Paranaense, foi possível perceber que as origens agrárias baseadas na agricultura familiar de subsistência perderam espaço para grandes propriedades monocultoras. As pessoas que inicialmente aqui residiam, apesar do desenvolvimento e do crescimento do município, viram-se obrigadas a se desfazer de suas terras e migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Diante da necessidade de melhor compreender esta realidade e, acreditando que os sujeitos do campo são os protagonistas da educação que se realiza no campo, a educação só pode ser definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo e, não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano. Através deste artigo, pretendo analisar e compreender o processo de desenvolvimento da educação rural, possibilitando dessa forma a compreensão da nossa realidade local.

Palavras-chave: compreensão local, movimentos sociais e responsabilidade social.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo Goioerê, e-mail: luis3ls@yahoo.com.br

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 INTRODUÇÃO

Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler. (ARROYO, 1999, p.20).

A educação do campo sempre foi esquecida pelos grandes proprietários de terras que se constituíram como força hegemônica na sociedade desde as Capitanias Hereditárias. Não se pode negar a exclusão do homem do campo no processo histórico pela classe dominante. Sobre esse ponto de vista, ler, escrever, pensar e refletir era “tão necessário” ao homem do campo, quanto ao “doutor” saber arar a terra (MARTINS, 1975).

Apesar da ausência de uma educação escolar formal para o homem do campo, isso não impossibilitou que a aprendizagem acontecesse. Parafraseando Caldart “a educação é muito mais que escola”. Dessa forma o aprendizado se concretizava a partir da vivência cotidiana e de sua capacidade criar e recriar a natureza e a própria história (CALDART, 2000).

A exclusão e a desigualdade social são palavras que refletem atitudes similares por parte de quem as pratica e, por parte, daqueles que sofrem suas conseqüências. Os camponeses/as fazem parte deste processo marginal criado pela ideologia dominante que criou determinadas representações simbólicas na consciência destas populações rurais a fim de minimizá-las e atrelá-las ao poder de classe. Para isso, utilizou-se sempre arquétipos onde a figura do homem e da mulher camponesa eram (se ainda não são?) os atrasados, os “fora de lugar” (WANDERLEY, 1997), os Jeca Tatus (MARTINS, 1975).

A idéia de que o urbano é superior ao campo, de que a vida na cidade oferece toda a infraestrutura, pois a cidade é o lugar da tecnologia e do futuro promissor,

enquanto o campo é o lugar do atrasado, da ignorância, e da pobreza (GIDDENS, 1991).

Acreditando que a vida no campo não tem mais sentido, uma vez que o homem do campo está em processo de extinção e a única forma de conseguir uma vida melhor é se adequando ao modelo de vida urbano. A educação é vista como uma forma do sujeito sair do campo em busca de uma melhor qualidade de vida pois, a educação da cidade não valoriza a vida do campo, diminuindo a auto-estima dos alunos e ainda muda suas identidades, exaltado o processo de migração campo-cidade (LISITA, 1992).

No Brasil a educação sempre buscou a valorização do ter em detrimento do ser e, isso de certa forma, acabou penetrando no inconsciente coletivo uma vez que, os excluídos aceitavam passivamente tal situação onde predomina uma relação de dependência do meio urbano sobre o meio rural (MOTTA, 1982).

À medida que a população rural – que, antes, era capaz de se alimentar adequadamente e vender o excedente à população urbana – é empurrada para fora da terra, migra para as cidades, onde se torna dependente para a sua alimentação. Já que a maior parte do alimento produzido na área rural é destinado à exportação, quantidades crescentes devem ser importadas para as áreas urbanas em expansão. Devido a esta dinâmica, o montante das exportações de alimentos para os países em desenvolvimento, por parte dos países desenvolvidos, aumentou cinco vezes entre 1970 e 1990, ameaçando sua segurança alimentar e tornando-os ainda mais dependentes dos países desenvolvidos (GLIESSMAN, 2008).

Embora o campo tenha precedido à cidade, e sobrevivido milhares de anos sem a existência de nenhum aglomerado urbano e, apesar das cidades não sobreviverem sem a existência das atividades agrárias, a vida urbana sempre exerceu um grande fascínio sobre o homem rural, por passar a impressão de que existem maiores possibilidades de progresso social. Uma prova disso é a intensa saída do homem do campo para a cidade (êxodo rural) (GLIESSMAN, 2008).

A partir da década de 1970, a sociedade começa a reagir. Surgem os movimentos sociais e estes, assumem caráter de luta. Dessa forma, diferentes iniciativas começam a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho. As mobilizações em torno do processo Constituinte, garantiram importantes conquistas populares e espaços de participação nas políticas fazendo com que a Constituição de 1988 se tornasse a expressão dessa demanda (CALDART, 1997).

Após análise, percebi que os movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tiveram papel fundamental nas conquistas de desenvolvimento da educação no campo (CALDART, 1997).

Desta forma pretendo despertar no aluno do campo a capacidade de refletir sobre seu contexto social e com isso evidenciar a questão da terra. No momento em que os alunos perderem o vínculo com este elemento de produção, poder-se-ia até dispensar a luta por uma melhor escola no meio rural. Daí decorre a importância da escola como fonte de desafios e de suporte dos agricultores na luta pelos seus justos direitos.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Tenho uma biografia bem comum à grande maioria os brasileiros, pois quando criança os meus avós maternos migrantes mineiros tentaram a vida aqui no Paraná por volta do ano de 1972, como as coisas estavam difíceis tentamos o retorno, mas na viagem de volta o meu avô faleceu no meio do caminho, sendo assim, por força maior fomos obrigados a voltar e morar no Norte Paraná. Naquela época o Paraná era grande produtor de café.

Minha família nunca encontrou a oportunidade de produzir nas próprias terras, mas sempre nas terras dos outros, como meeiros ou arrendatários. Desde pequeno percebi que vida é muito engraçada, ela consegue justificar o injustificável e com isso consegue nos convencer que é a vida é assim mesmo, e isso de certa forma

nos conforta e a vida segue. E todo aquele que discorda ou não aceita a situação é logo taxado de revoltado ou preguiçoso. Sendo assim, sem terra e sem trabalho no campo, fomos obrigados a participar daquela coisa que todo mundo chama de êxodo rural, desta forma chegamos à cidade e hoje fazemos parte deste grande exército de reserva que o sistema impõe. Lendo as Diretrizes Curriculares no seu artigo 28 da atual LDB lei 9394/96 (BRASIL, 1996), vejo um horizonte, pois com essas ações pretende-se abordar, contemplar e principalmente democratizar a educação e, isso é fundamental para o processo educacional.

Como educador do Colégio Estadual João Maffei Rosa, percebo que a educação do campo tem muito a fazer, pois ainda precisamos trabalhar o aluno do campo, conscientizá-lo, oferecer condições para ele possa perceber que é um agente transformador e que sua ação pode contribuir na nossa aprendizagem e minimizar as dificuldades enfrentadas pelo povo do campo.

Moro no município de Juranda, situado no Noroeste do estado do Paraná (Figura 1), cuja população é de 7.641 habitantes conforme dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE (IPARDES, 2011), que vivem quase que essencialmente da produção agrícola, mas infelizmente a monocultura “o plantio da soja” domina nossa paisagem. Sendo assim, nossos alunos do ensino médio são obrigados a procurar trabalho em outras cidades ou até mesmo em outros estados, pois a concentração das terras e o tipo de plantio contribuem pra que isso aconteça, uma vez que praticamente não necessita de mão-de-obra. Sinto-me meio impotente diante dessa situação e, sabendo da necessidade do trabalho para nossos jovens fico sempre aguardando retorno destes, após as safras. Também vejo o trabalho dos pequenos proprietários cercados pelos grandes e percebo que muitos se vêem obrigados a vender suas terras a esses latifundiários que usam do poder do capital para forçar a saída daqueles que ainda resistem em ficar na terra.



FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DE JURANDA NO PARANÁ. Fonte: IPARDES, 2010

Antes de iniciar o trabalho com os alunos, conversei com algumas famílias de agricultores aqui da região buscando compreender por quais processos passaram desde que vieram viver neste lugar. Em tais conversas, a família do senhor Sebastião Leandro me chamou atenção. Tal família, oriunda do interior do Estado de Minas Gerais que, na década de 1950, migrou para o distrito de Rio Verde, município de Juranda estado do Paraná. Fizeram a ocupação de um pedaço de terra que, posteriormente foi demarcado e pago a uma colonizadora. Dessa forma, moram no mesmo sítio há cerca de 60 anos. Entretanto, o que mais me chamou atenção foi a matriarca da família em questão, senhora Onestália Maria de Jesus Viana (Figura 2) que mora num pequeno sítio, próximo da propriedade de seu filho.



FIGURA 2 - CELEBRAÇÃO DOS 100 ANOS DA MATRIARCA DA FAMÍLIA VIANA, 17-04-2010
Fonte: Arquivo pessoal da Família Viana

Ela é filha de escravos ventre livre, completou no dia 17/04/2011, 101 anos de idade. A mesma relatou-me que foi criada pela avó escrava. É uma senhora toda sorrisos, muito simpática e totalmente lúcida, contou-me que: “a Sinhá era muito boa e deixou para sua vovó um pedaço de terra e com isso conseguiram sobreviver naqueles tempos difíceis”. Disse-me também que: de sua família nuclear, mãe, pai e irmãos pouco se sabe, pois o trabalho era difícil e as dificuldades eram enormes. Mudou-se para o Paraná (também na década de 1950) e aqui começou a luta para conquistar um pedaço de terra. O Senhor Leandro comentou-me que vê o futuro com grande tristeza, pois, segundo ele, esqueceram o agricultor e valorizaram a cidade em detrimento do campo. Mas apesar disso ele fala com certa resignação

que as coisas são assim mesmo, e vive como se nada estivesse mudado, mas sabe que no fundo tudo mudou. Diz ainda que: “a cooperativa só tem o nome, pois o grande objetivo é ganhar dinheiro”. Com certa mágoa comenta que “perdeu muito assinando contratos com as cooperativas e que cada ano que passa elas crescem mais”. Enquanto seus “onze filhos são obrigados a migrar para os grandes centros a procura de um futuro melhor, pois o com sítio não consegue oferecer o que a família precisa”.

Depois de constatar “in loco” a realidade dessas famílias, procurei desenvolver um trabalho com os alunos do 1º D, período vespertino, do Ensino Médio do Colégio Estadual João Maffei Rosa, município de Juranda, estado do Paraná. Essa escola apesar de estar localizada dentro do perímetro urbano, recebe grande quantidade de alunos oriundos da zona rural, principalmente no período vespertino, tanto que, ao escolher a turma para o projeto esse fator foi levado em conta, sendo que nessa série e turma a maioria dos alunos vivem no campo possibilitando dessa forma, melhor compreensão da nossa realidade local.

No decorrer do trabalho, que aconteceu ao longo do ano letivo de 2010, com uma carga horária de duas horas semanais, pude contar tanto com o apoio dos professores de História, Geografia e Arte quanto com o da Coordenação Pedagógica.

Esse trabalho consistiu na elaboração de um teatro musical relatando a luta pela terra no Brasil, a saga dos trabalhadores do campo e o êxodo rural. Utilizei uma sugestão de atividade do (EDUCAREDE, 2003). Começamos com a apresentação do documentário “Terra para Rose” (MORAES, 1986) dirigido por Tetê Moraes, por pensar ser uma possibilidade bem interessante de abordar com os alunos termos e conceitos relacionados à questão da terra e ao surgimento de movimentos antagônicos: O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 1984, e a UDR (União Democrática Ruralista), em 1985.

O documentário trata do polêmico processo de desapropriação para fins de reforma agrária da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul. Nele, aparecem

negociações, ocupações de terra, opiniões de políticos, de proprietários de terra, de líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da época. Havia 14 anos que o Estado indicara a fazenda para reforma agrária, porém os proprietários foram à Justiça, conseguindo impedir o processo por todos aqueles anos. Mais de 1.500 famílias estavam acampadas na fazenda e uma boa parte delas ocupara a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul por quatro meses. Após longa jornada, conseguiu-se que 300 famílias fossem assentadas.

Depois de assistirmos ao filme Terra para Rose (MORAES, 1986) propus aos alunos que registrassem informações como:

- As diferenças e principais características de cada grupo de entrevistados no documentário.
- O conceito de reforma agrária, segundo o ponto de vista dos políticos, proprietários de terra e líderes do MST.
- A definição de latifúndio e desapropriação.
- A diferença entre os termos arrendatário, posseiro e grileiro.
- Diferenças entre o MST e a UDR.
- O papel dos ruralistas no processo constituinte de 1986.
- A importância da mobilização social em torno de objetivos comuns.
- Os motivos que causaram a demora da justiça para efetivar a desapropriação e a posse de terras aos sem-terra.

A partir das informações registradas por cada grupo, partimos para um debate em que a sala dividiu-se em três grupos, sendo que:

- um grupo adotou a posição do político;
- o outro do latifundiário;
- e o outro do líder do MST;
- os alunos foram orientados a fazer perguntas relacionadas às questões listadas na atividade;

- a pergunta inicial foi: a reforma agrária deve ser feita no Brasil?
- como?

Após anotar as definições conceituais apresentadas, partimos para a segunda fase do trabalho, ou seja, a montagem de um teatro musical com o intuito de apresentarmos para toda a comunidade escolar as angustias, dificuldades e os anseios do homem do campo. Um jeito interessante de estudar essa difícil realidade é começar pela música, que expressa, de forma eloqüente, a diversidade cultural de nosso país pois, a riqueza das canções possibilita a análise da nossa realidade de modo cada vez mais interessante, vivo e crítico.

Depois de ouvir as músicas previamente selecionadas, os alunos se organizaram em grupos para escolher quais delas seriam aproveitadas. Inicia-se um longo embate oral com o objetivo de mobilizá-los na reflexão formulação conceitos e idéias.

A Educação do Campo precisa resgatar os valores do povo que se contrapõem ao individualismo, ao consumismo e demais contravalores que degradam a sociedade em que vivemos. A Escola é um dos espaços para antecipar, pela vivência e pela correção fraterna, as relações humanas que cultivem a cooperação, a solidariedade, o sentido de justiça e o zelo pela natureza (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 162).

Finalmente, socializamos o teatro musical para a comunidade escolar. Tal apresentação superou as expectativas. Dessa forma, foi percebida uma transformação em todo o espaço escolar.

Entre os educadores, percebi uma maior interação nas relações de empatia, tolerância e maior envolvimento com os nossos alunos que vivem, moram e são do campo. Com relação aos alunos, estes demonstraram grande empenho, cumplicidade, fortalecimento da amizade, do respeito, e maior desenvoltura nas atividades em grupos e, como disse o mestre Paulo Freire (1997), “o educando descobre-se como um construtor do mundo e da cultura”. Coube a nós, como escola, proporcionar essa ação.

Parafraseando Paulo Freire (1999), ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho, as pessoas se educam em comunhão. Falar em comunhão é pensar a educação como uma prática social de cooperação. Partindo desse pressuposto, acredito ter alcançado o objetivo inicial pois, ao estimular práticas cooperativas dentro da escola, garantimos a socialização de saberes.

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo - No, porque “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”; Do, pois “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002, p. 26).

3 AVALIAÇÃO

Compreendida como um processo contínuo aconteceu durante todo o processo observando sempre se os objetivos propostos foram atingidos. Os instrumentos avaliativos utilizados foram realização de debates, elaboração de relatórios, dramatizações entre outras.

Tendo em vista que a avaliação faz parte de um processo pedagógico, deve tanto acompanhar o aprendizado do aluno como nortear o trabalho do professor, vale ressaltar que o conteúdo foi retomado sempre que constatei pouco aproveitamento por parte dos alunos.

4 RESULTADOS ATINGIDOS

Percebeu-se um despertar efetivo na participação e no interesse dos alunos envolvidos. Foram demonstradas habilidades, interatividade, aprendizagem

colaborativa e significativa através da socialização e da construção do conhecimento.

Através deste projeto, proporcionamos aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades, como observação, trabalho em equipe, criatividade, organização, registro de situações de aprendizagens.

A socialização do trabalho para a comunidade escolar (Figura 3) aumentou o interesse pelo assunto abordado e adquiriu-se experiência agregando valores que modificaram atitudes.



FIGURA 3 – APRESENTAÇÃO DO TEATRO MÚSICAL COM OS ALUNOS DO 1ºD, 20-11-2010
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual João Maffei Rosa.

5 CONSIDERAÇÕES

No decorrer do trabalho às *dificuldades encontradas foram incontáveis, entretanto*, fizemos registros e comparações para verificar acertos e erros, na tentativa de encontrar uma possibilidade de acerto procurando sempre estabelecer relações com os conteúdos pré-definidos pela escola, apresentando situações que possibilitassem ao educando pensar o seu cotidiano, a partir de diferentes pontos de vista por meio da observação, comparação, análise e interpretação.

As diferentes fases e atividades do trabalho ajudaram os estudantes a desenvolver a consciência sobre o próprio processo de aprendizagem tendo em vista que trouxeram sugestões interessantes de atividades para a execução do mesmo. Tornando-se co-responsáveis pelo trabalho e pelas escolhas ao longo do desenvolvimento do projeto.

Para Paulo Freire (1996), ao trabalhar com projetos interdisciplinares, “tanto educadores quanto educandos envolvidos numa pesquisa, não serão mais os mesmos”. Os resultados devem implicar em mais qualidade de vida, devem ser indicativos de mais cidadania, de mais participação nas decisões da vida cotidiana e da vida social. Devem, enfim, alimentar o sonho possível e a utopia necessária para uma nova lógica de vida.

São incontáveis os frutos gerados por este momento em que vimos trabalhos práticos, diversão organizada, união, respeito, cidadania, cumplicidade dos educadores e educandos e momentos de vivificação de uma educação engajada.

Confirmou a certeza de que os sujeitos do campo são os protagonistas da educação que se realiza no campo, a educação só pode ser definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo e, não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano.

O objetivo principal foi a mobilização para que o conhecimento tivesse significado dentro de uma situação vivenciada no dia-a-dia para contextualizar, e ser ampliado para outras situações. Finalizo com as palavras da jornalista e escritora Cláudia Werneck (1997)

“As escolas têm que esquecer a idéia de que o aluno tem que se adaptar a ela. Pelo contrário, elas devem tornar-se o meio mais favorável para o aluno, dando-lhe recursos para enfrentar desafios”. (Cláudia Werneck, 1997).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; *et al.* **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. Documentos Finais. Luziânia/GO: 27 a 31 jul./1998.

ARROYO, Miguel G. e FERNADES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>, acesso em 14 de abril de 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento. Formação de Educadoras e Educadores do MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.

EDUCAREDE. **A luta pela terra no Brasil**. Documentário sobre o processo de ocupação e assentamento da fazenda Annoni. 2003. Disponível em: <http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=ensinar_e_aprender.turbine_interna&id_dica=203>, acesso em 27 de junho de 2011.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Juranda**. Maio/2011. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87355&btOK=ok>, acesso em 25 de maio de 2011.

KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do campo: Identidade e Políticas Públicas**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo, Brasília, v. 4, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

MORAES, Tetê de. **Terra para Rose**: Documentário sobre o processo de ocupação e assentamento da fazenda Annoni. Texto original: Laércio Furquim Junior. 84 minutos. Brasil: EducaRede, 1986.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. Anais do XXXV congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1997.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.